



# / proteção de dados

a legislação vigente  
no Brasil

**white-paper**



## **/ INTRODUÇÃO**

O objetivo desta tabela é apresentar sumariamente a legislação vigente no Brasil que trata, direta ou indiretamente, da proteção de dados no país.

É comum a afirmação de que o Brasil *não possui leis de proteção de dados*. No entanto, o que o Brasil realmente carece é de uma legislação geral, que possa gerar uniformidade entre os diversos setores e estabelecer um cenário de maior segurança jurídica para empresas e usuários.

Diversos setores já possuem regulamentos sobre proteção de dados, privacidade e segurança da informação. Além disso, outros diplomas tratam o tema de forma indireta, oferecendo subsídios importantes para a jurisprudência e importantes pontos de partida para a elaboração de guias de *compliance* de empresas.

Para conhecer mais sobre o cenário de proteção de dados no Brasil, acesse <http://privacyhub.com.br/>.

Este trabalho foi atualizado pela última vez em **27 de novembro de 2017**.

## TABELA DE PROTEÇÃO SETORIAL DE DADOS PESSOAIS

**Lei 12.965/2014: Marco Civil da Internet (todo os serviços de Internet);**

**Decreto 8.771/16: Regulamentou aspectos do MCI (todos serviços de Internet);**

Código Civil	Lei 12.965/2014: Marco Civil da Internet (todo os serviços de Internet);				
	Decreto 8.771/16: Regulamentou aspectos do MCI (todos serviços de Internet);				
	Penal	Relação de Consumo		Público	Trabalho
	Decreto-Lei 2.848/1940 ("Código Penal"): Artigos 153, §1-A, 313-A, Art. 154-A;	Lei 8.078/90: Código de Defesa do Consumidor;		Lei 7.232/84: Dispõe sobre a Política Nacional de Informática (art. 2º, VIII);	Decisões TST e STJ sobre inexistência de expectativa de privacidade e limites ao monitoramento
	Decreto-Lei nº 3.689/41 ("Código de Processo Penal"): Artigos 13-A (requisição, sem ordem judicial de dados cadastrais) e 13-B (requisição judicial de dados de localização);	Portaria nº 5/2002 da SDE/MJ: Tornou abusiva cláusulas em contratos de consumo que autorizam o envio de dados pessoais sem o consentimento prévio;		Lei 8.443/92: Lei Orgânica do TCU (art. 86, IV);	<b>Educacional</b>
	Lei 7.492/86: Define os crimes contra o sistema financeiro nacional (Art. 18, considera crime a violação do dever de sigilo das instituições financeiras);	Lei 12.414/2011: Disciplinou o cadastro positivo e certos aspectos sobre proteção de dados pessoais no ambiente creditício (julgamento STJ);		Lei Complementar 75/93: Organização, atribuições do MPU (art. 8º, VIII);	Decreto 6.425/2008: Dispõe sobre o censo anual da educação;
	Lei 9.296/96: Lei de Interceptação Telefônica;	Decreto 7.962/2013: Regulamenta o comércio eletrônico;		Lei 9.100/95: Normas para realização das eleições municipais de 03.10.1996;	<b>Outros</b>
	Lei 12.737/2012: Crime de invasão de dispositivos informáticos (Lei Carolina Dieckmann);	<b>Saúde</b>	<b>Financeiro</b>	Lei 9.504/97: Estabelece normas para as eleições	Lei 9.472/97: Lei Geral de Telecomunicações (Art. 3º, IX);
	Lei 12.846/2013: Lei anticorrupção;	Resolução CFM Nº 1.821/07: Dispõe sobre prontuário eletrônico e pro. de dados médicos;	Decreto 4.489/2002: regulamenta a transferência do sigilo bancário para Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;	Lei 9.507/97: <i>Habeas Data</i> ;	Lei 10.703/2003: Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências;
		Resolução ANVISA da Diretoria Colegiada nº 44/2009: Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para prestação de serviços farmacêuticos, inclusive o uso de dados (Arts. 59 e 82)	Instrução CVM nºs. 380/2002: Estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas em bolsas e mercados de balcão organizado por meio da rede mundial de computadores e dá outras providências.	Decreto 3.505/2000: Política de Segurança da Informação da Administração Pública Federal;	Resolução 245/07 do Denatran: Dispõe sobre a instalação obrigatório de equipamentos de rastreamento nos veículos saídos de fábrica;
	Resolução Normativa ANS - RN Nº 305/2012: estabelece o Padrão obrigatório para Troca de Informações na Saúde Suplementar - Padrão TISS dos dados de atenção à saúde dos	Resolução BACEN nº 3.505/2007: regulamentou as operações com derivativos realizadas por instituições financeiras;	Decreto 6.029/2007: Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;		

	beneficiários de Plano Privado de Assistência à Saúde			
	Lei nº 13.021/2014: Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas e trata do preenchimento de fichas farmacoterapêuticas (Art. 13, V)	Instrução CVM nº 461/07: regulamenta a atividade de entidades administradoras de balcão organizado e determina a política de divulgação de dados perante a CVM;	Decreto 6.135/2007: Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;	
		Instrução CVM nº 467/08: listou as situações em que dados sobre contratos derivativos podem ser compartilhados;	Lei 12.527/2011: Lei de acesso à informação (Art. 4º IV e Art. 31);	
		Instrução CVM nº 487/10: alterou a instrução CVM nº 467/08 para permitir o compartilhamento de dados mediante consentimento expresso das contrapartes da operação;	Decreto 8.777/16: Política de Dados Abertos do Governo Federal;	
		Lei 12.414/2011: Disciplinou o cadastro positivo e certos aspectos sobre proteção de dados pessoais no ambiente creditício (julgamento STJ);	Decreto nº 8.764/16: Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais - SINTER;	
		Circular BACEN nº 3.567/2011: fornecimento de informações relativas a operações de crédito ao Sistema de Informações de Crédito;	Decreto nº 8.789/16: Dispõe sobre o compartilhamento de bases de dados na administração pública federal;	
		Resolução CMN n.º 4.474/2016: digitalização e gestão de documentos digitalizados;	Lei nº 13.444/17 Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)	
		Resolução BACEN n.º 4.480/2016: abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico.		